

8/10/87

Comissão rejeita acusações contra Cimi

Da Sucursal de Brasília e da Redação da Folha

O senador Ronan Tito (PMDB-MG), relator da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito (CMPI) criada para apurar as denúncias do jornal "O Estado de S. Paulo" contra o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), divulgou ontem relatório em que afirma que "os documentos apresentados como básicos e fundamentais são apócrifos, ou de autoria não confirmada por perícia de iniciativa do próprio jornal". Ronan Tito sugere a abertura de inquérito policial para apurar "fortes indícios" de "falsidade ideológica".

Os documentos comprovariam as acusações do jornal contra o Cimi, que estaria envolvido em uma conspiração internacional para restringir a soberania nacional em áreas indígenas situadas na região amazônica. O relatório diz ainda que o jornal foi "ludibriado em sua boa-fé". Acrescenta que "O Estado de S. Paulo" divulgou "material de interesse jornalístico, mas de origem duvidosa e, certamente, elaborado com intuítos escusos e práticas fraudulentas".

Procurado ontem à tarde, pelo telefone, o diretor-responsável de "O Estado de S. Paulo", Julio de Mesquita Neto, não atendeu a reportagem. Sua secretária informou que ele "não tem nada a dizer", pois a posição do jornal seria divulgada na edição de hoje do jornal.

Documentos

O jornal apresentou quatro documentos para sustentar as acusações: "Diretriz nº 4 - Brasil ano zero", emitido pelo Conselho Mundial de



Ronan e Cardoso Alves na CMPI que apura denúncias do 'Estado' contra o Cimi

Igrejas Cristãs; "Diretriz nº 4 - Brasil ano 6", assinado por Antonio Brand (secretário-executivo do Cimi); carta de Antonio Brand a G. Loebens; e um relatório de reunião supostamente havida entre Mauro Rodrigues Nogueira, CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), Cimi e Cedi (Centro Ecumênico de Documentação e Informação). Nenhum dos quatro teve sua autoria comprovada.

Segundo Ronan Tito, a carta de Antonio Brand a G. Loebens não tem assinatura, apenas o nome Brand datilografado. O presidente do Cedi,

bispo Paulo Ayres Mattos, em documento enviado à CMPI, afirma nunca ter participado da reunião que teria dado origem ao documento apresentado pelo jornal. O bispo nega ainda que Iris Leila Amaral, citada como representante do Cedi na reunião, tenha sido funcionária ou colaboradora da entidade.

Outro documento apresentado pelo jornal, sob o título "Diretriz nº 4 - Brasil ano zero", está escrito em língua alemã e é atribuído ao Christian Church World Council (Conselho Mundial de Igrejas Cristãs). No rodapé do documento várias entida-

des internacionais são citadas como integrantes do conselho. Segundo o relator Ronan Tito, os vários órgãos, após serem consultados, "foram veementemente em negar qualquer relação com o conselho e afirmaram desconhecer sua existência".

Dentre as entidades citadas consta o Instituto Indigenista Interamericano, vinculado à Organização dos Estados Americanos (OEA). Em telex enviado aos senadores Ronan Tito e Severo Gomes (PMDB-SP), o instituto nega ter "qualquer relação de dependência ou cooperação com o Conselho Mundial de Igrejas Cristãs". O procedimento do instituto foi o mesmo das outras entidades citadas: Grupo de Trabalho Internacional para Assuntos Indígenas; Sobrevivência Internacional; e Sobrevivência Cultural. Todas as entidades negaram ter relações ou mesmo conhecer o Conselho Mundial de Igrejas Cristãs.

O documento "Diretriz nº 4 - Brasil ano 6", estaria, segundo o jornal "O Estado de S. Paulo", assinado pelo secretário-executivo do Cimi, Antonio Brand. O documento foi levado ao exame do perito criminalista Antonio Carlos Villanova, indicado pelo jornal. O perito concluiu que "não foi possível afirmar que assinatura lançada no documento questionado seja falsa ou autêntica".

O senador Ronan Tito, ligado à Igreja, afirmou ainda em seu relatório que "diante da inexistência de base documental idônea" ele sustenta "não terem fundamentos as denúncias que objetivaram a criação da CMPI".

Fonte do jornal quer que conteúdo seja investigado

O presidente da Fundação Biblioteca do Desenvolvimento Econômico do Brasil, Mauro Rodrigues Nogueira, afirmou que forneceu os sessenta documentos ao jornal "O Estado de S. Paulo", dando origem às denúncias publicadas. Ele declarou que a CMPI não deveria estar preocupada em provar a autenticidade dos documentos utilizados pelo jornal. Segundo Mauro Nogueira, o mais importante seria investigar o conteúdo dos documentos. Ele afirmou que, "se comprovado o conteúdo, os documen-

tos estariam assinados automaticamente".

Nogueira acrescentou que remeteu os documentos, ao jornal "O Estado de S. Paulo" por estar convicto de que "a pátria está acima de tudo. Sou um patriota e não nacionalista. Nacionalista é um obtuso".

Falsidade

O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Márcio Thomaz Bastos, também advogado do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), afirmou ontem que "há indícios sérios de crime

de falsidade" nos documentos apresentados pelo jornal "O Estado de S. Paulo" à Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que apura a denúncia da existência de uma conspiração internacional para restringir a soberania nacional em terras indígenas.

Thomaz Bastos disse que o Cimi mandou periciar os documentos e, somente após o resultado, fará uma avaliação para definir qual a postura a assumir diante da questão.

"Diretrizes nº 4"

Segundo ele, o documento que

aparentava ter maior consistência — "Diretrizes nº 4 - Brasil ano zero" — ficou "desprovido de força" diante das declarações das entidades internacionais, citadas no rodapé, como integrantes negarem conhecer ou pertencer ao Conselho Mundial de Igrejas Cristãs.

Thomaz Bastos afirmou que o senador Ronan Tito, relator da Comissão, "fez uma síntese perfeita da questão, principalmente em relação aos documentos que são imprestáveis".